

**PROJETO DE LEI Nº 7.171/2014**

**1. Síntese da Matéria:**

O PL 7.171/2014 regula os procedimentos aplicáveis a doações e contribuições efetuadas a pessoas físicas, excetuadas as de natureza eleitoral. Busca-se estabelecer os critérios a serem seguidos pelo beneficiário e pelo doador visando assegurar maior grau de transparência para essas operações.

**2. Análise:**

Embora se possa inferir que a proposição tenha o potencial de promover o aumento das receitas públicas, na medida em que possibilita ampliar o controle do Estado e, em especial, da fiscalização tributária sobre as doações e contribuições pecuniárias realizadas a pessoas físicas, o PL 7.171/2014 *per si* não tem repercussão direta nos Orçamentos da União, eis que se reveste de caráter essencialmente normativo, sem impacto direto em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas.

**3. Resumo:**

O PL 7.171/2014 *per si* não tem impacto direto em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas.

Brasília, 25 de abril de 2018.

**Edson Masaharu Tubaki**  
**Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira**